

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO  
E  
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

INFORMAÇÕES BÁSICAS SOBRE  
OS MUNICÍPIOS DA  
GRANDE VITÓRIA



77 00134  
1092/1002

## APRESENTAÇÃO

O PRESENTE DOCUMENTO TEM POR OBJETIVO APRESENTAR UM CONJUNTO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS SOBRE A ÁREA METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA, DESAGREGADAS A NÍVEL DE MUNICÍPIO, E QUE SE DESTINAM A FUNDAMENTAR ESTUDOS A SEREM DESENVOLVIDOS PELO CNPU, COM VISTAS A ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA ESPECIAL PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS, COM ÊNFASE EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL.

VITÓRIA, 10/01/78.



1 - POSIÇÃO DA CIDADE EM RELAÇÃO A ESTRATÉGIA  
DE PLANEJAMENTO REGIONAL E URBANO PARA O  
ESTADO

A emergência de Vitória como importante *pólo de desenvolvimento*, e sua possível ascensão à categoria de Metrópole regional, podem refletir um mecanismo de desenvolvimento regional no qual o interior do Estado do Espírito Santo quase não é contemplado. A função de Estado-corredor tenderia a agudizar-se, articulando-se o pólo metropolitano diretamente com as áreas produtivas a que serve de escoadouro, e de que poderá funcionar como base de industrialização - o Quadrilátero Ferrífero, a zona do Rio Doce, até mesmo o Triângulo Mineiro e cercanias goianas.

O Espírito Santo - cuja economia tem funcionado historicamente voltada para fora do território estadual - deve necessariamente voltar-se para dentro de si próprio, com vistas a superar a crise de desenvolvimento. Nesse movimento de reversão, é fundamental o papel de Vitória como ponto de convergência de energias que tenderam persistentemente a disseminar-se. Por isso, a atração crescente que lhe tem proporcionado o crescimento muito rápido, e um futuro aparentemente brilhante, pode ofuscar a percepção do perigoso processo de esvaziamento do interior do Estado, e para isso até contribuir, o que seria mais grave.

Os riscos desse crescimento em mancha de óleo são evidentes, considerando que as áreas da Aglomeração situadas no continente apresentam maior incremento demográfico que o núcleo sediado na Ilha de Vitória: a formação de vazios intersticiais que estendem irracionalmente à cidade, potenciando a grandeza dos investimentos infra-estruturais requeridos e, pior, multiplicando o número de casos em que as soluções são, economicamente, impossíveis: a drenagem pluvial/ esgotos de fundos de vales ocupados dessa forma e os gargalos para o tráfego de veículos estão nesta categoria.

Todos os subprodutos indesejáveis desse crescimento confluem para inibir, dificultar e, mesmo, impedir o exercício das diversas funções da Aglomeração como matriz de atividades cujo alcance transcende a sua área física e como sítio adequado para a vida da população. Vale dizer: tanto do ponto de vista das empresas/instituições, que requerem, para sua sobrevivência e expansão, uma cidade como organismo diversificado e diferenciado em movimento harmônico; bem assim para o indivíduo como existente singular e ser social, com seu complexo quadro de necessidades a satisfazer, a configuração que a urbe está assumindo tende a elevar o ônus que se tem que pagar pelo uso da cidade e colocá-lo em um nível de inviabilidade.

Os sinais de saturação funcional, estando à vista já para o tamanho atual, tornam impensável um futuro que não esteja montado sobre uma orientação do uso do solo apropriado à realidade local.

Entre as metrópoles brasileira, a Grande Vitória desfruta de um status que não é explicado pelo seu tamanho demográfico: o IBGE, ao examinar a questão da centralidade do espaço geo-econômico do País, coloca-a em 12º lugar dentro de todo o sistema urbano nacional e em 4º lugar na Região Sudeste, abaixo, apenas, de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e acima de cidades como Campinas, Juiz de Fora e Santos. É que considera como função básica de uma cidade a distribuição de bens e de serviços para uma região, dita polarizada,

a nível da Aglomeração como um todo.

Com base na polinucleação, pretende-se preencher os vazios inter  
ticiais e incrementar o adensamento populacional capaz de favore  
cer economicas de escala nos investimentos infra-estruturais.

A partir desses enunciados e através da avaliação da potencialida-  
de urbana dos diversos setores da Aglomeração e localidades próxi  
mas, a Fundação Jones dos Santos Neves propõe a estruturação do es  
paço conurbado em unidades urbanas semi-autônomas dotadas de sufi  
ciente individualização e caráter.

A ação de forças diversas (Governo Federal, Estadual, Municipali  
dades, empresas, etc.), com objetivos peculiares e particulares é  
considerada parte do problema. O sucesso de qualquer planificação  
vai depender, em larga medida, da conciliação de tais interesses  
com a necessidade de ordenamento e racionalização do crescimento  
da Aglomeração.

Uma atitude positiva no sentido dessa conciliação é do mais alto  
interesse de todos os envolvidos na questão, considerando:

- os vultosos investimentos do Governo Federal, já realizados, em  
curso e projetados, que podem ter no desordenamento urbano um pon  
to de estrangulamento capaz de inibir os benefícios que deles são  
esperados;
- a posição estratégica ocupada pela Aglomeração nos negócios do  
Governo Estadual, por ser aquela de crescimento mais dinâmico no  
Espírito Santo, principal geradora de renda e obrigadora de impor  
tante contingente populacional;
- a racionalização dos gastos dos Governos Municipais possibilita  
da pelo uso de planos diretores, resultando em ganhos na produtivi  
dade dos recursos dispendidos e na melhoria da qualidade da gestão,  
produto maior do Planejamento Integrado. A rigor, as municipalida  
des serão as principais beneficiárias da adoção de semelhante pro

cedimento e, também, absorverão as responsabilidades maiores de sua implementação; e

- as facilidades adicionais que a cidade apropriadamente arranja da coloca à disposição das empresas como suporte e estímulo à expansão.

É importante frisar, entretanto, que o início do processo Planejamento Integrado da Aglomeração Urbana como um todo só poderá ser contado a partir do momento que cada uma e todas as cinco municipalidades envolvidas neste plano-embrião o institucionalizarem através de legislação competente.

2 - POSIÇÃO DA CIDADE EM RELAÇÃO A ESTRATÉGIA DE PLANEJAMEN  
TO REGIONAL E URBANO A NÍVEL DO ORGANISMO REGIONAL. ( \* )

( \* ) ITEM PREJUDICADO PARA O CASO DO ESPIRÍTO SANTO ,  
PELO FATO DE O ESTADO NÃO ESTAR INCLUÍDO EM NE  
NHUMA MACRO ÁREA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO  
PAÍS.



- QUADRO I - POPULAÇÃO RESIDENTE POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1960 - 1970.
- QUADRO II - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1960 - 1977.
- QUADRO III - PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NA POPULAÇÃO TOTAL, POR MUNICÍPIO - 1970.
- QUADRO IV - TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE GERAL, POR MUNICÍPIO - 1970 - 1975.
- QUADRO V - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR MUNICÍPIO, SEGUNDO OS SETORES - 1970.
- QUADRO VI - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PEA NOS SETORES, POR MUNICÍPIO - 1970.
- QUADRO VII - ALGUNS INDICADORES SOBRE EDUCAÇÃO, SAÚDE E SANEAMENTO, POR MUNICÍPIO - 1974.

QUADRO II  
MICRORREGIÃO DE VITÓRIA  
TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE,  
POR MUNICÍPIO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO  
1960 - 1977

MUNICÍPIOS	1960/1970			1970/1977		
	urbano	rural	TOTAL	urbano	rural	TOTAL
CARIACICA	10,2	8,8	9,8	3,9	0,3	2,8
SERRA	8,1	4,3	5,9	8,2	5,0	9,2
VIANA	9,8	3,6	4,4	4,7	6,8	6,5
VILA VELHA	7,3	5,5	8,2	3,4	-9,8	3,3
VITÓRIA	4,6	-3,0	4,6	0,9	30,0	1,4
TOTAL DA MRH	7,0	6,5	6,9	2,7	4,4	3,0
TOTAL DO ESTADO	6,0	-1,5	1,2	2,7	-1,6	0,5

FONTE: Dados básicos do QUADRO I

QUADRO IV  
 MICRORREGIÃO DE VITÓRIA  
 TAXA DE NATALIDADE E MORTALIDADE GERAL, POR MUNICÍPIO  
 1970 - 1975

MUNICÍPIOS	TAXA DE NATALIDADE		TAXA DE MORTALIDADE	
	1970	1975	1970	1975
CARIACICA	9,1	7,4	4,8	3,5
SERRA	17,0	25,2	5,7	4,0
VIANA	28,2	23,8	6,0	4,7
VILA VELHA	19,5	21,6	3,9	5,2
VITÓRIA	49,5	59,8	19,3	20,3
TOTAL DA MRH	27,3	30,4	9,6	10,0
TOTAL DO ESTADO	27,3	25,5	7,5	7,2

FONTES: Secretaria de Estado da Saúde  
 Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970 - FIBGE

NOTA: População para 1975 estimada através da taxa geométrica de crescimento do Quadro II.

QUADRO VI  
MICRORREGIÃO DE VITÓRIA  
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PEA NOS SETORES, POR MUNICÍPIO - 1970

SETORES MUNICÍPIOS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
Cariacica .....	7,34	33,38	59,28	100,00
Serra .....	39,42	21,56	39,01	100,00
Viana .....	59,27	18,09	22,64	100,00
Vila Velha .....	3,18	24,50	72,32	100,00
Vitória .....	1,65	19,67	78,68	100,00
TOTAL DA MRH	6,63	24,31	69,06	100,00
TOTAL DO ESTADO	52,51	13,60	33,89	100,00

FONTE: Dados básicos do Quadro V.

#### 4 - ASPECTOS ECONÔMICOS

QUADRO I - ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 1970.

QUADRO II - ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - EM RELAÇÃO AO ESTADO - 1970.

QUADRO III - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 1970.

QUADRO IV - VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS, SEGUNDO MUNICÍPIOS - EM RELAÇÃO AO ESTADO - 1970.

QUADRO V - PESSOAL OCUPADO POR SETOR DE ATIVIDADE, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 1970.

QUADRO VI - CONSUMO TOTAL E INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - 1970 - 1976.

QUADRO VII - CONSUMO TOTAL E INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO MUNICÍPIOS - EM RELAÇÃO AO ESTADO - 1970.

QUADRO VIII - RENDA INTERNA SETORIAL, TOTAL E PER-CAPITA, MRH-207 - 1970.

QUADRO IX - PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, POR SUBSETOR,

QUADRO II  
MICRORREGIÃO DE VITÓRIA  
ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS  
SEGUNDO MUNICÍPIOS  
( % EM RELAÇÃO AO ESTADO )  
1970

MUNICÍPIO/MRH/ESTADO							
DISCRIMINAÇÃO	CARIACICA	SERRA	VIANA	V. VELHA	VITÓRIA	MRH - 207	ESTADO
<u>AGRÍCOLAS</u>	0,69	1,10	1,24	0,32	0,04	3,39	100
<u>INDUSTRIAIS</u>	3,20	1,05	0,23	5,56	6,34	16,38	100
- INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO	-	-	1,69	5,93	4,24	11,86	100
- INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3,31	1,08	0,18	5,54	6,42	16,53	100
PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	2,98	0,60	1,49	4,78	4,18	14,03	100
METALURGIA	11,54	2,56	-	20,51	24,36	58,97	100
MECÂNICA	9,76	-	-	12,20	29,27	51,23	100
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	10,00	-	-	10,00	15,00	35,00	100
MATERIAL DE TRANSPORTE	7,50	2,50	-	17,50	12,50	40,00	100
MADEIRA	1,01	2,46	-	2,32	2,75	8,55	100
MOBILIÁRIO	5,12	0,90	-	12,65	7,83	26,50	100
PAPEL E PAPELÃO	-	-	-	75,00	-	75,00	100
BORRACHA	11,11	-	-	22,22	11,11	44,44	100
COURO E PELES E PRODUTOS SIMILARES	3,03	-	-	3,03	6,06	12,12	100
QUÍMICA	12,50	-	-	12,50	25,00	50,00	100
PRODUTOS FARMACEUTICOS E VETERINARIOS	50,00	-	-	50,00	-	100,00	100
PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	-	-	-	25,00	12,50	37,50	100
PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	-	-	-	33,33	33,33	66,66	100
TEXTIL	6,25	-	-	12,50	31,25	50,00	100
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTIFATOS DE TECIDOS	6,67	-	-	8,33	23,33	38,33	100
PRODUTOS ALIMENTARES	2,91	0,61	-	3,90	4,13	11,55	100
BEBIDAS	4,17	1,25	0,42	2,92	-	8,76	100
EDITORIAL E GRÁFICA	1,75	-	-	3,51	40,35	45,61	100
DIVERSAS	-	-	-	5,40	32,43	37,83	100
<u>COMERCIAIS</u>	7,08	1,25	0,35	9,44	15,88	34,00	100
- ATACADISTAS	4,41	0,29	-	4,41	41,18	50,29	100
- VAREJISTAS	7,17	1,29	0,36	9,61	14,99	33,42	100
<u>SERVIÇOS</u>	5,94	1,26	0,10	10,22	16,82	34,34	100

QUADRO IV  
MIGRORREGIÃO DE VITÓRIA  
VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE SERVIÇOS  
SEGUNDO MUNICÍPIOS  
( % EM RELAÇÃO AO ESTADO )  
1970

MUNICÍPIO/MRH/ESTADO	CARIACICA	SERRA	VIANA	V.VELHA	VITÓRIA	MRH-207	ESTADO
DISCRIMINAÇÃO							
AGRICOLAS	0,48	0,76	0,91	0,44	0,06	2,65	100
INDUSTRIAIS	20,98	4,28	0,10	8,92	18,65	52,93	100
- INDÚSTRIAS DE MINERAÇÃO	-	-	(x)	0,44	78,68	...	100
- INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	22,94	...	...	9,72	13,02	...	100
PRODUTOS DE MINERAIS NÃO METÁLICOS	6,89	(x)	0,88	1,92	9,92	...	100
METALURGIA	85,11	(x)	-	5,66	2,80	...	100
MECÂNICA	0,44	-	-	2,57	87,60	90,61	100
MATERIAL ELÉTRICO E DE COMUNICAÇÕES	(x)	-	-	(x)	0,48	...	100
MATERIAL DE TRANSPORTE	36,57	(x)	-	36,73	3,59	...	100
MADEIRA	0,55	20,13	-	1,04	6,17	27,89	100
MOBILIÁRIO	7,82	0,52	-	17,13	16,34	41,81	100
PAPEL E PAPELÃO	-	-	-	95,76	-	95,76	100
BORRACHA	(x)	-	-	(x)	(x)	...	(x)
COURO E PELES E PRODUTOS SIMILARES	(x)	-	-	(x)	(x)	...	100
QUÍMICA	(x)	-	-	(x)	(x)	...	(x)
PRODUTOS FARMACÊUTICOS E VETERINÁRIOS	(x)	-	-	(x)	-	...	(x)
PERFUMARIA, SABÕES E VELAS	-	-	-	(x)	(x)	...	100
PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	-	-	-	(x)	(x)	...	100
TEXTIL	(x)	-	-	(x)	38,86	...	100
VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS	2,70	-	-	5,03	27,62	35,35	100
PRODUTOS ALIMENTARES	24,22	0,35	-	16,44	10,54	51,55	100
BEBIDAS	49,94	0,20	(x)	12,40	-	...	100
EDITORIAL E GRÁFICA	(x)	-	-	(x)	77,12	...	100
DIVERSAS	-	-	-	(x)	80,27	...	100
COMERCIAIS	3,18	0,31	0,24	8,56	61,74	70,04	100
- ATACADISTAS	1,59	(x)	-	8,29	78,44	...	100
- VAREJISTAS	5,89	(x)	0,65	9,03	33,44	...	100
SERVIÇOS	5,79	0,64	0,07	6,82	40,68	54,00	100

FONTE: DADOS BÁSICOS - QUADRO III

CONVENÇÕES:

- O fenômeno não existe
- ... O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.
- (x) Resultado omitido a fim de evitar identificação do informante



QUADRO VI  
MICRORREGIÃO DE VITÓRIA  
CONSUMO TOTAL E INDUSTRIAL DE ENERGIA ELÉTRICA,  
SEGUNDO MUNICÍPIO

MUNICÍPIOS	1970				1976			
	CONSUMO TOTAL		CONSUMO INDUSTRIAL		CONSUMO TOTAL		CONSUMO INDUSTRIAL	
	Nº DE CONSUMID.	CONSUMO KW/H	Nº DE CONSUMID.	CONSUMO KW/H	Nº DE CONSUMID.	CONSUMO KW/H	Nº DE CONSUMID.	CONSUMO KW/H
CARIACICA	9.328	32.873.594	134	22.963.759	17.763	141.405.616	207	117.230.319
SERRA	1.555	4.275.824	33	2.640.738	4.646	35.751.772	113	28.751.807
VIANA	179	693.353	7	344.868	892	12.837.009	26	11.250.858
VILA VELHA	15.853	33.241.842	227	15.163.641	28.090	80.273.289	444	22.226.522
VITÓRIA	21.825	130.903.287	282	87.053.894	33.950	481.218.590	459	382.098.703
MRH - 207	48.470	201.988.000	683	128.166.900	85.341	751.486.276	1.249	561.558.209
ESTADO (1)	77,859	285.515.166	1.361	145.555.188	157.639	1.000.039.547	3.311	641.113.093

FONTE: Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA

(1) Refere-se somente ao "Sistema ESCELSA", que atende a 49 Municípios. Não está incluído o "Sistema Santa Maria", que atende a Colatina, Pancas, São Gabriel da Palha e parte do Município de Santa Teresa.

QUADRO VIII

MICRORREGIÃO DE VITÓRIA

RENDIA INTERNA SETORIAL, TOTAL E PER-CAPITA

(PARTICIPAÇÃO DA MRH - 207 EM RELAÇÃO AO ESTADO)

1970

ESTADO	AGRICULTURA		INDÚSTRIA		SERVIÇOS		TOTAL		PER-CAPITA	
	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1.000	%	Cr\$ 1,00	Relação MRH-207/E
207	16.711	4,19	151.691	49,83	569.278	49,83	737.680	42,22	1.911	174,8
DO	398.366	100,0	304.422	100,0	1.044.592	100,0	1.747.380	100,0	1.093	-

: Estimativa Preliminar - DIT/SEPL

QUADRO IX

(continuação...)

MICRORREGIÃO DE VITÓRIA

PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS POR SUBSETOR, SEGUNDO MUNICÍPIOS

1975

PRODUTOS	VILA VELHA		VITÓRIA		MRH - 207	
	Quantida de	Valor	Quantida de	Valor	Quantida de	Valor
<b>A. LAVOURAS</b>						
- Abacaxi (1.000 frutos)	-	-	-	-	4.051	4.051
- Arroz (ton)	88	176	-	-	2.163	5.318
- Banana (1.000 cachos)	46	147	14	42	3.042	9.544
- Cana de Açúcar (ton)	480	28	-	-	10.728	577
- Cana Forrageira (ton)	200	9	-	-	6.840	310
- Feijão (ton)	16	29	-	-	119	292
- Laranja (1.000 frutos)	2.480	198	-	-	123.920	21.919
- Mandioca (ton)	180	36	-	-	4.650	1.020
- Tangerina (1.000 frutos)	731	43	-	-	2.196	285
- Outros	-	240	-	-	-	841
<b>VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO</b>	-	<b>906</b>	-	<b>42</b>	-	<b>44.157</b>
<b>B. PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS</b>						
- Efetivo dos Rebanhos (nº de cab.)						
Aves (1)	63.788	966	441	6	201.734	2.814
Bovinos	4.817	7.322	372	567	34.650	55.971
Suínos	245	106	23	8	9.373	3.463
- Leite (1.000 litros)	887	1.507	85	145	4.879	7.512
- Ovos (1.000 dúzias)	214	750	1	4	502	1.819
<b>C. EXTRATIVA VEGETAL (2)</b>						
- Carvão Vegetal (ton)	...	...	...	...	331	66
- Lenha (m³)	...	...	...	...	123.150	1.509
- Madeira em Toros (m³)	...	...	...	...	4.350	348

FONTES: Separata "Produção Agrícola Municipal do E.S." 1975 - FIBGE

Separata "Produção Pecuária Municipal do E.S." 1975 - FIBGE

Separata "Produção Extrativa Vegetal do E.S." 1974 - FIBGE

(1) Inclui galinhas, galos, frangos(as), pintos, perus, patos, marrecos e gansos.

(2) Dados para o ano de 1974.

CONVENÇÕES:

- O fenômeno não existe.

... O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.

## 5 - POTENCIAL DA ÁREA METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

---

### 5.1 - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

A *vocação* industrial da Área Metropolitana de Vitória, que se afirma a passos largos, deriva substancialmente da função portuária, que abre perspectivas favoráveis à localização de indústrias voltadas para mercados externos (nacionais e estrangeiros). O aproveitamento planejado das economias externas, reunidas da região por força dos serviços do porto, foi indicado como medida de estratégia econômica, com grande eficácia para consolidar o processo de industrialização.

Consideram-se aspectos vinculados a outros condicionadores, os requisitos, do programa de industrialização:

- a) Os agentes do programa, e a mobilização de recursos para investimento;
- b) A localização física das futuras unidades produtivas;
- c) A tipologia industrial recomendável.

O GERES (Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo), como entidade federal, opera como intermediário entre as duas esferas de governo, visando à convergência de esforços para o alcance do objetivo que o seu próprio título indica. Nessa condição, poderá quicã atuar mais produtiva ou plenamente, se puder vincular-se a outras agências federais de desenvolvimento - notadamente, o Conselho de Desenvolvimento Industrial, do Ministério da Indústria e Comércio.

O BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo) é o agente financeiro do sistema. Nessa condição, está entrosado com o sistema nacional comandado pelo BNDE e outras agências federais de investimento, como repassador a nível estadual.

Cabe ao BANDES a administração financeira do Programa FUNDAP. Dos recursos liberados (a título de financiamento), uma parcela deve reverter para investimento industriais, a critério dos beneficiários.

A Superintendência de Projetos de Polarização Industrial - SUPPIN - é uma autarquia estadual criada, precipuamente, para concretizar o projeto do Centro Industrial de Vitória - CIVIT, um *distrito industrial* localizado dentro da Área Metropolitana.

A Secretaria de Estado da Indústria e Comércio atua, regimentalmente, como órgão normativo de cúpula. As limitações próprias de sua rigidez administrativa e financeira, dada a vinculação ao sistema de administração direta, dificultam o pleno exercício daquela atribuição.

Esta situação configura um quadro de virtualidades industriais, para Vitória, cada vez mais eclético, se bem sejam visualizados certos ramos produtivos de caracterizada preferência locacional - como o ramo siderúrgico - metalúrgico, consolidado com a implantação da Usina da CVRD, e o complexo de gusa em instalação por empresários de Minas Gerais.

Há algum tempo, um quadro das potencialidades industriais de Vitória foi definido em estudo do BANDES, qualificando-se como dinâmicos os ramos:

- Carnes e subprodutos;
- Madeiras (desdobramento e transformação);
- Cimento;
- Produtos siderúrgicos.

O GERES, em estudo mais recente, ampliou o elenco das atividades potencialmente de maior interesse para a economia do Espírito Santo (e particularmente da Área Metropolitana de Vitória), qualificando, no setor industrial: \*

a) Reorganização do Parque Industrial Existente.

- Projetos Industriais que possibilitem a expansão, modernização e fusão de empresas industriais do Estado, objetivando o seu crescimento mediante a adoção de tecnologias modernas e de economias de escala. Estudos sobre a indústria do Estado deverão orientar melhor a ação dos órgãos de fomento econômico, definindo os problemas específicos de ca

---

\* Documento *Atividades Dinâmicas para a Recuperação Econômica do Espírito Santo* - GERES (1972).

da ramo industrial. Entretanto, seria inexpressiva uma política de fo  
mento industrial que não conferisse especial atenção à implantação de  
novas indústrias, a partir das potencialidades implícitas nos itens se  
guintes:

b) Implantação de Agro-Indústrias Diversificatórias.

A exemplo do reflorestamento (indústrias de pasta de madeira, celulose,  
etc.) e da citricultura (indústria de suco de laranja) que já vem sen  
do dinamizadas no Espírito Santo com vistas à industrialização ;

c) Implantação de Indústrias Insumidoras de Matérias Primas Locais.

Aproveitamento dos recursos naturais existentes, ou seja, dos insumos  
produzidos pelo Setor Primário local (lavouras, pecuária, remanescentes  
florestais- pescado, etc.) e de recursos minerais disponíveis, tais co  
mo as rochas carbonáticas de Cachoeiro do Itapemirim e o sal gema do li  
toral de São Mateus;

d) Implantação de Indústrias Insumidores de Matérias Primas do Intercâm  
bio Comercial em Trânsito.

Atualmente, as mercadorias em trânsito pelo Porto de Vitória estão con  
centradas nos itens: minério de ferro, carvão, combustíveis e chapas  
de aço. Proximamente, com a dinamização da economia da hinterlândia e  
com a melhoria das vias de transportes existentes, a gama de produtos  
em trânsito, industrializáveis, tenderá a aumentar consideravelmente.  
Como fator de diversificação e intensificação do intercâmbio em tran  
sito citam-se, também os incentivos instituídos pela lei que criou o  
FUNDAP;

A Empresa de Consultoria Italiana ITALCONSULT, numa aproximação inicial a um estudo solicitado pelo GERES, em atenção a diretrizes estabelecidas pelo Governo Estadual, realizou alguns levantamentos preliminares que lhe permitiram indicar tentativamente como viáveis, no Espírito Santo (muitos deles, na região portuária de Vitória) os seguintes empreendimentos industriais:

- 1) Fábrica de sacos de fio contínuo de polipropileno ou polietileno;
- 2) Fábrica de caixas de folha de flandres e alumínio;
- 3) Fábrica de arame farpado;
- 4) Fábrica de tambores de chapa para óleos comestíveis e alimentícios;
- 5) Fábrica de celulose;
- 6) Fábrica de cartão *duplex*;
- 7) Fábrica de elementos filtrantes;
- 8) Fábrica de pigmentos para tintas;
- 9) Cortume;
- 10) Centro químico - biológico;
- 11) Oleifício;
- 12) Fábrica de ferro-esponja;
- 13) Coqueria
- 14) Fábrica de ácido fosfórico e fertilizantes fosfatados
- 15) Fábrica de óxido de cálcio.



## 5.2 - ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS

O alcance de objetivos identificados para o setor terciário da economia micro-regional depende, na quase totalidade, de medidas físico-urbanísticas, a cargo das municipalidades.

Cabem neste item, portanto, apenas as enunciações objetivadas, segundo cada subsetor: comércio, abastecimento, serviços de apoio, turismo.

## 5.2.2 - ABASTECIMENTO

A Central de Abastecimento da Grande Vitória foi inaugurada no ano passado e encontra-se em plena atividade. Assim, através de medidas puramente urbanísticas, está sendo alcançada a disseminação do varejo de gêneros alimentícios de que a Central serve como ponto de apoio e instrumento de equilíbrio.

Do ponto de vista da Fundação Jones dos Santos Neves, não cabem, por obsoletas, programações de abastecimento fundadas nos convencionais mercados municipais ou distritais. A tendência moderna dos supermercados privados parece irreversível, porque mais de acordo com a nova mentalidade de Marketing, bem como com a comodidade dos usuários. No caso de Vitória, a instalação de supermercados vem ocorrendo em grande escala. Caberia recomendar-se às Municipalidades ou ao Estado - a reserva de áreas nas periferias urbanas para a instalação de hipermercados, conforme tendência que já se vem verificando nas grandes metrópoles. Tais empreendimentos só seriam viáveis, entretanto, quando a Área Metropolitana atingir vulto urbano - demográfico compatível.

Outro fator a ser considerado dentro da atividade turística, nas localidades praianas, é representado pelo significativo número de casas destinadas ao lazer, em períodos de férias (verão ou inverno) e fins-de-semana. Tais residências podem ser identificadas como *casas secundárias*, pois pertencem quase sempre, a proprietários residentes fora da localidade, que as ocupam ou alugam temporariamente. O caráter sazonal da ocupação é sublinhado pelo fato de que elas permanecem fechadas, em sua maioria, fora das temporadas de férias. A demanda crescente dessas casas, estimulada pela expansão do hábito do veraneio e dos fins-de-semana, se reflete no ritmo acelerado do parcelamento e da venda dos lotes de terrenos e da construção de novas unidades habitacionais.

Cada um dos aspectos da atividade turística adquire significado próprio para a vida econômica e a organização do território na micro-região. As várias modalidades se superpõem, concorrendo na exploração do potencial turístico da área. Donde se conclui que a utilização desregrada de uma pode frustrar ou inibir a expansão de outra.

Cada modalidade de turismo merece ser destacada, indicando-se soluções que atendam à demanda local e externa, em termos de área e equipamentos destinados ao lazer semanal ou de férias e qualificando a orla costeira bem como a própria aglomeração de Vitória para o turismo regional e nacional. O diagnóstico dessas modalidades de turismo, bem como suas perspectivas de expansão futura, devem ser referidos, portanto, à micro-região e aos aspectos regionais e nacionais da atividade turística.

Em âmbito micro-regional, o potencial turístico deve satisfazer à demanda de lazer da população da Aglomeração. O crescimento dessa demanda está correlacionado ao crescimento demográfico e à elevação do padrão de vida da população.

### 5.3.2 - DIAGNÓSTICO E PERSPECTIVA DA ATIVIDADE TURÍSTICA

---

A atividade turística na micro-região de Vitória apoia-se em equipamento hoteleiro restrito e de padrão insatisfatório, salvo os hotéis urbanos, do tipo executivo, do centro da capital. O veraneio é mais expressivo em casas secundárias, distribuídas ao longo da costa em Nova Almeida, Jacaraípe, Manguinhos, Vila Velha e Vitória.

A modalidade de turismo ligada a férias e fins-de-semana tem, na área em estudo, maior significação do que o turismo de curta permanência.

Com base no recenseamento de 1970, realizado no mês de setembro daquele ano, é possível estimar o total das casas secundárias situadas na orla de praia. O censo registrou na micro-região um total de domicílios fechados de 2.280. O confronto deste número global com a capacidade hoteleira, à mesma época exprime a grande importância do turismo-veraneio em casas secundárias. Em termos de pessoal abrigado, a significação é ainda maior, pois deve prevalecer, na área, a taxa de 8 a 10 pessoas por casa, obtida em pesquisa sobre Guarapari. Estes números confirmam a insuficiência de equipamento hoteleiro na área das praias.

A demanda crescente de terrenos para construção de casas secundárias fez progredir, indiscriminadamente, os loteamentos ao longo da costa. Tais parcelamentos, desprovidos de equipamentos mínimos, embora só estejam ocupados em pequena percentagem, já se prefiguram como instrumentos de destruição do patrimônio natural e paisagístico.

## 5.4 - ATIVIDADES PRIMÁRIAS

---

A Fundação Jones dos Santos Neves preconiza a reservação de Zonas Rurais, que envolverão o núcleo da Área Metropolitana (aglomeração de Vitória), e terão especializações econômicas concordes com a ecologia local e com as vocações dos solos.

A preservação dessas áreas rurais, contra o avanço avassalador da urbanização, dependerá de dois fatores conjugados:

- 1) O rígido cumprimento da legislação de usos do solo, proposta na Programação Urbanística para a Grande Vitória;
- 2) A efetiva valorização das atividades agrárias que nelas se localizam.

Com respeito à primeira condição, o instrumental legislativo indicado, juntamente com os mecanismos institucionais para o seu cumprimento igualmente propostos, lograrão resultados seguros.

Se, contudo, a exploração agrícola das terras periféricas à aglomeração, legalmente consideradas rurais, alcançar rendimento econômico medíocre, a nível de subsistência (como ocorre na atualidade em boa parte da micro-região), dificilmente resistirão seus proprietários à tentação da especulação imobiliária, passando assim a pressionar as autoridades no sentido da liberação dos terrenos, ou seja, da anulação dos dispositivos aqui recomendados quanto ao zoneamento micro-regional.

b) Melhorar os esquemas de comercialização, organizando-se para tanto, empresas estatais que orientariam os produtores, ou passariam a operar diretamente no campo da exportação do produto in natura;

c) Modificar o cronograma de produção, de modo a ampliar, de dois, para pelo menos quatro meses, o período de colheita e, desse modo, melhorar as condições de comercialização.

ii) Banana - As zonas montanhosas dos Municípios de Cariacica, Serra e Viana - com predominância do primeiro - já são grandes produtores de banana. Essa economia deverá, pois, ser consolidada nas zonas ZR-3 (Cariacica/Viana) e ZR-2 (Serra), mediante programação sistemática de apoio que terá como agentes:

- Secretaria de Estado da Agricultura e o Ministério da Agricultura.

- EMATER e as agências bancárias, na linha de assistência técnica a nível do produtor, e do financiamento orientado.

O programa, integrado no plano global (âmbito estadual), proposto pela Secretaria de Estado da Agricultura, terá como objetivo e meta principal aumentar o rendimento das lavouras em cerca de 50%, através sobretudo da melhoria dos tratamentos culturais (disseminação das técnicas de desbaste), e da expansão do combate a doenças e pragas.

Na linha de comercialização, reserva-se papel de destaque à recém inaugurada Central de Abastecimento de Vitória, seja no concernente ao abastecimento do mercado local, seja notadamente no tocante às vendas para os dois grandes mercados externos - a Guanabara e Belo Horizonte.

6 - ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1) MUNICÍPIO DE CARIACICA



SUMÁRIO GERAL DA DESPESA REALIZADA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA  
 PERÍODO: 75/78

EM CR\$

CÓDIGO LEI 4320/64	DESIGNAÇÃO	1975	1976	PREVISÃO 1977	PREVISÃO 1978
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>	14.325.859,15	15.771.796,40	24.345.300,00	37.976.900,00
3.1.0.0	<u>DESPESAS DE CUSTEIO</u>	11.761.082,73	14.111.617,53	21.139.716,00	34.614.900,00
3.1.1.0	- Pessoal	7.454.329,79	7.838.879,63	12.816.266,00	26.428.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo	2.436.489,75	2.735.597,32	3.675.200,00	3.863.000,00
3.1.3.0	- Serviços de Terceiros	1.552.909,64	2.682.578,12	2.391.100,00	3.220.900,00
3.1.4.0	- Encargos Diversos	307.153,55	854.562,46	2.207.150,00	1.053.000,00
3.1.5.0	- Despesas de Exercício Anteriores	-	-	50.000,00	50.000,00
3.2.0.0	<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>	2.563.776,42	1.660.178,87	3.205.584,00	3.362.000,00
3.2.1.0	- Subvenções Sociais	118.887,86	116.877,30	244.452,00	160.000,00
3.2.2.0	- Subvenções Econômicas	-	-	-	-
3.2.3.0	- Transferências de Assistências e Previdência Social	2.351.572,61	705.523,02	564.200,00	340.000,00
3.2.3.0	- Juros	93.315,95	65.880,00	156.000,00	-
3.2.5.0	- Contribuição de Previdência Social	-	771.898,55	2.240.932,00	2.860.000,00
3.2.6.0	- Fundo de Reserva Orçamentária	-	-	-	-
3.2.7.0	- Diversas Transf. Correntes	-	-	-	2.000,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	5.843.621,30	10.996.346,57	11.893.500,00	19.623.100,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>	4.942.082,90	10.852.346,57	10.893.500,00	19.223.100,00
4.1.1.0	- Obras Públicas	4.779.689,90	8.879.760,91	8.654.600,00	15.673.100,00
4.1.2.0	- Serviços em Regime de Programação Especial	-	-	-	-
4.1.3.0	- Equipamento e Instalações	136.582,00	1.744.715,46	1.756.900,00	2.610.000,00
4.1.4.0	- Material Permanente	25.811,00	227.870,20	482.000,00	940.000,00
4.1.5.0	- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	-	-	-	-
4.2.0.0	<u>INVERSÕES FINANCEIRAS</u>	-	-	-	-
4.2.1.0	- Aquisição de Imóveis	-	-	-	-
4.3.0.0	<u>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</u>	901.538,40	144.000,00	144.000,00	(1) 400.000,00
4.3.1.0	- Amortização	-	-	144.000,00	-
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>20.168.480,45</b>	<b>26.768.142,97</b>	<b>36.238.800,00</b>	<b>57.600.000,00</b>

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS P/ 1975 e 1976  
 ORÇAMENTOS MUNICIPAIS P/ 1977 e 1978

(1) Contribuições diversas - 300.000,00  
 Instituições Sociais - 100.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

Informamos que a referida prefeitura não possui no momento nenhuma operação de crédito com prazo superior a 12 meses.

lrz:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA

Com relação ao sistema de Planejamento, a prefeitura não o tem.

Quando existe necessidade de se elaborar algum projeto, recorre-se a consultores externos ou a funcionários da própria prefeitura, que conheçam o assunto e também aos seus diretores.

lrz:

6.1. - RECEITAS E DESPESAS PARA O PERÍODO  
1975/1978



SUMÁRIO GERAL DA DESPESA REALIZADA  
PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA  
PERÍODO: 75/78

EM CR\$

CÓDIGO EI 4320/64	DESIGNAÇÃO	1975	1976	PREVISÃO 1977	PREVISÃO 1978
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>	4.539.191,50	10.024.994,57	11.065.250,00	27.589.890,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO	3.827.826,56	8.578.607,06	8.743.500,00	22.347.000,00
3.1.1.0	- Pessoal	1.718.856,44	3.922.282,65	3.397.000,00	16.583.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo	531.746,32	1.401.236,21	1.002.500,00	1.641.000,00
3.1.3.0	- Serviços de Terceiros	1.087.302,86	2.614.623,46	1.477.000,00	2.519.000,00
3.1.4.0	- Encargos Livros	291.457,36	486.692,53	2.267.000,00	1.204.000,00
3.1.5.0	- Despesas de Exercício Anteriores	198.460,58	153.772,36	300.000,00	400.000,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	711.364,94	1.446.387,51	2.321.750,00	5.242.890,00
3.2.1.0	- Subvenções Sociais	153.443,49	276.558,72	255.250,00	406.600,00
3.2.2.0	- Subvenções Econômicas	-	-	-	1.482.600,00
3.2.3.0	- Transferências de Assistências e Previdência Social	44.655,48	574.425,56	131.250,00	313.690,00
3.2.3.0	- Juros	51.500,00	58.800,00	60.000,00	120.000,00
3.2.5.0	- Contribuição de Previdência Social	193.070,29	-	505.000,00	1.110.000,00
3.2.6.0	- Fundo de Reserva Orçamentária	-	-	700.000,00	800.000,00
3.2.7.0	- Diversas Transf. Correntes	268.695,68	536.603,23	415.000,00	1.010.000,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	2.830.485,20	7.301.384,33	6.120.500,00	19.188.000,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS	2.708.769,39	3.575.692,25	5.670.500,00	18.588.000,00
4.1.1.0	- Obras Públicas	2.335.326,52	3.313.379,45	4.127.500,00	15.293.000,00
4.1.2.0	- Serviços em Regime de Programação Especial	-	-	-	-
4.1.3.0	- Equipamento e Instalações	256.792,82	107.320,00	1.235.000,00	2.622.000,00
4.1.4.0	- Material Permanente	116.650,05	154.992,70	307.000,00	673.000,00
4.1.5.0	- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	-	-	-	-
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	24.500,00	50.000,00	300.000,00	400.000,00
4.2.1.0	- Aquisição de Imóveis	24.500,00	50.000,00	300.000,00	400.000,00
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	97.215,81	-	150.000,00	200.000,00
4.3.1.0	- Amortização	97.215,81	-	150.000,00	200.000,00
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7.369.676,70</b>	<b>17.326.379,30</b>	<b>17.185.750,00</b>	

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS P/ 1975 e 1976 e ORÇAMENTO MUNICIPAIS P/ 1977 e 1978.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

A referida prefeitura não contraiu  
nehnuma operação de crédito com prazo superior a 12  
(doze) meses.

lrz:

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Quanto ao ítem 6.3. que fala sobre sistema de Planejamento, informamos que a Prefeitura da Serra quando fez a sua reforma administrativa criou o Órgão de Coordenação Geral que trataria especificamente deste assunto, mas ainda não foi implantado por dependência de recursos financeiros e humanos.

No momento de se fazer qualquer planejamento, recorrem a consultores externos ou aos seus próprios funcionários.

lrz:

6.1. - RECEITAS E DESPESAS PARA O PERÍODO 1975/1978



SUMÁRIO GERAL DA DESPESA REALIZADA .

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANNA

PERÍODO: 75/78

EM CR\$

CÓDIGO LEI 4320/64	DESIGNAÇÃO	1975	1976	PREVISÃO 1977	PREVISÃO 1978
3.0.0.0	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	1.230.839,09	2.640.424,22	2.773.100,00	9.564.980,00
3.1.0.0	<b>DESPESAS DE CUSTEIO</b>	1.086.543,94	2.386.729,88	2.377.400,00	8.213.200,00
3.1.1.0	- Pessoal	574.956,41	1.035.887,96	1.191.800,00	4.860.400,00
3.1.2.0	- Material de Consumo	269.128,62	676.073,16	614.200,00	1.898.500,00
3.1.3.0	- Serviços de Terceiros	175.473,79	537.073,17	460.800,00	1.213.800,00
3.1.4.0	- Encargos Diversos	66.760,10	136.962,44	100.600,00	240.500,00
3.1.5.0	- Despesas de Exercício Anteriores	225,02	733,15	10.000,00	-
3.2.0.0	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	144.295,15	253.694,34	395.700,00	1.351.780,00
3.2.1.0	- Subvenções Sociais	8.700,00	27.500,06	60.200,00	337.600,00
3.2.2.0	- Subvenções Econômicas	-	-	-	-
3.2.3.0	- Transferências de Assistências e Previdência Social	52.523,17	82.087,69	217.800,00	275.480,00
3.2.3.0	- Juros	30.252,96	35.794,00	100.000,00	-
3.2.5.0	- Contribuição de Previdência Social	44.553,52	101.245,29	-	508.700,00
3.2.6.0	- Fundo de Reserva Orçamentária	-	-	-	-
3.2.7.0	- Diversas Transf. Correntes	8.265,50	7.067,30	17.700,00	230.000,00
4.0.0.0	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	774.073,87	1.745.684,07	1.626.900,00	7.110.978,00
4.1.0.0	<b>INVESTIMENTOS</b>	650.197,87	1.556.732,07	1.206.900,00	5.685.978,00
4.1.1.0	- Obras Públicas	591.260,92	1.261.453,82	861.000,00	4.699.978,00
4.1.2.0	- Serviços em Regime de Programação Especial	-	-	-	-
4.1.3.0	- Equipamento e Instalações	37.831,45	280.530,25	140.000,00	750.000,00
4.1.4.0	- Material Permanente	21.105,50	14.748,00	205.900,00	436.000,00
4.1.5.0	- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	-	-	-	-
4.2.0.0	<b>INVERSÕES FINANCEIRAS</b>	-	-	50.000,00	1.225.000,00
4.2.1.0	- Aquisição de Imóveis	-	-	50.000,00	1.225.000,00
4.3.0.0	<b>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</b>	123.876,00	188.952,00	370.000,00	-
4.3.1.0	- Amortização Contribuições Diversas	-	61.200,00 127.752,00	60.000,00 310.000,00	-
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.004.912,96</b>	<b>4.386.108,29</b>	<b>4.400.000,00</b>	<b>16.675.958,00</b>

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS P/ 1975 e 1976

ORÇAMENTOS MUNICIPAIS P/ 1977 e 1978

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

A referida prefeitura não contraiu nenhuma operação de crédito com prazo superior a 12 (doze) meses.

lrz:

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIANA

Com relação à pergunta 6.3. (Administração Municipal) informamos que a prefeitura não tem nenhuma equipe específica de planejamento.

Quando necessário forma-se uma equipe composta de pessoas interessadas ou ligadas diretamente ao assunto, para discutir e leaborar o projeto em questão.

lrz:

6.1. - RECEITAS DE DESPESAS PARA O PERÍODO 1975/1978

## SUMÁRIO GERAL DA DESPESA REALIZADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

PERÍODO: 75/78

EM CR\$

CÓDIGO LEI 4320/64	DESIGNAÇÃO	1975	1976	PREVISÃO 1977	PREVISÃO 1978
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>	16.528.995,71	22.363.652,39	26.193.900,00	55.111.259,00
3.1.0.0	<u>DESPESAS DE CUSTEIO</u>	12.498.329,03	18.206.101,85	20.405.900,00	36.443.159,00
3.1.1.0	- Pessoal	8.295.397,50	13.577.550,80	15.805.600,00	25.291.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo	1.093.777,84	1.194.998,83	1.304.200,00	4.214.000,00
3.1.3.0	- Serviços de Terceiros	1.876.399,96	2.639.441,29	2.483.800,00	4.837.300,00
3.1.4.0	- Encargos Diversos	417.188,34	366.787,61	334.300,00	745.859,00
3.1.5.0	- Despesas de Exercício Anteriores	815.565,39	427-323,32	478.000,00	1.355.000,00
3.2.0.0	<u>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</u>	4.030.666,68	4.157.550,54	5.788.000,00	18.668.100,00
3.2.1.0	- Subvenções Sociais	878.756,60	1.235.744,00	1.469.000,00	12.788.000,00
3.2.2.0	- Subvenções Econômicas	-	-	-	-
3.2.3.0	- Transferências de Assistências e Previdência Social	607.840,00	832.830,00	914.000,00	1.950.100,00
3.2.3.0	- Juros	271.668,08	191.609,54	70.000,00	-
3.2.5.0	- Contribuição de Previdência Social	1.924.510,00	1.800.000,00	2.400.000,00	3.250.000,00
3.2.6.0	- Fundo de Reserva Orçamentária	-	-	850.000,00	620.000,00
3.2.7.0	- Diversas Transf. Correntes	347.892,00	97.367,00	85.000,00	50.000,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	5.618.357,10	3.951.573,89	7.656.100,00	19.751.000,00
4.1.0.0	<u>INVESTIMENTOS</u>	3.264.062,63	1.051.773,89	4.986.100,00	16.231.000,00
4.1.1.0	- Obras Públicas	3.095.473,75	991.639,49	3.860.000,00	12.870.000,00
4.1.2.0	- Serviços em Regime de Programação Especial	-	-	-	-
4.1.3.0	- Equipamento e Instalações	114.202,88	-	867.000,00	2.602.000,00
4.1.4.0	- Material Permanente	54.386,00	60.134,40	259.100,50	759.000,00
4.1.5.0	- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	-	-	-	-
4.2.0.0	<u>INVERSÕES FINANCEIRAS</u>	-	-	20.000,00	20.000,00
4.2.1.0	- Aquisição de Imóveis	-	-	20.000,00	20.000,00
4.3.0.0	<u>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</u>	2.354.294,47	2.899.800,00	2.650.000,00	3.500.000,00
4.3.1.0	- Amortização	2.354.294,47	2.899.800,00	2.650.000,00	3.500.000,00
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>22.147.352,81</b>	<b>26.315.226,28</b>	<b>33.850.000,00</b>	<b>74.862.259,00</b>

FONTE: BALANÇOS MUNICIPAIS P/ 1975 e 1976

ORÇAMENTOS MUNICIPAIS P/ 1977 e 1978

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

A referida prefeitura possui uma operação de crédito com o Banco Nacional da Habitação (BNH); mas não nos foi possível consegui-la, o que nos impossibilitou atender o pedido por completo.

Ficamos deste modo devendo-lhes a mesma e nos comprometendo enviá-la posteriormente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Com relação ao sistema de planejamento, a referida prefeitura não o possui no momento.

Quando necessário forma-se uma equipe composta de pessoas interessadas ou ligadas diretamente ao assunto, para discutir e elaborar o projeto em questão.

lrz:

6.1. - RECEITAS E DESPESAS PARA O PERÍODO 1975/1978



SUMÁRIO GERAL DA DESPESA REALIZADA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA  
PERÍODO: 75/78

EM CR\$

CÓDIGO LEI 4320/64	DESIGNAÇÃO	1975	1976	PREVISÃO 1977	PREVISÃO 1978
3.0.0.0	<u>DESPESAS CORRENTES</u>	69.519.804,78	103.404.383,96	160.073.700,00	219.972.800,00
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO	51.977.093,95	84.364.770,01	115.022.821,00	159.775.680,00
3.1.1.0	- Pessoal	39.224.131,28	62.166.782,74	88.175.189,00	123.560.140,00
3.1.2.0	- Material de Consumo	5.221.670,64	7.635.437,30	11.628.460,00	15.151.850,00
3.1.3.0	- Serviços de Terceiros	4.051.537,61	6.140.681,53	9.908.652,00	14.571.690,00
3.1.4.0	- Encargos Diversos	1.051.482,62	8.256.048,58	2.910.520,00	4.062.000,00
3.1.5.0	- Despesas de Exercício Anteriores	2.428.271,80	165.819,86	2.400.000,00	2.430.000,00
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.542.710,83	19.039.613,95	45.050.879,00	60.197.120,00
3.2.1.0	- Subvenções Sociais	2.277.788,00	3.884.771,00	6.439.799,00	9.373.500,00
3.2.2.0	- Subvenções Econômicas	-	-	60.000,00	-
3.2.3.0	- Transferências de Assistências e Previdência Social	3.947.342,52	4.707.993,48	9.112.700,00	11.371.710,00
3.2.3.0	- Juros	4.653.399,76	4.210.609,10	6.200.000,00	8.500.000,00
3.2.5.0	- Contribuição de Previdência Social	2.458.775,86	5.127.440,37	9.334.270,00	12.685.920,00
3.2.6.0	- Fundo de Reserva Orçamentária	-	-	1.100.000,00	1.500.000,00
3.2.7.0	- Diversas Transf. Correntes	4.205.404,69	1.108.800,00	12.804.110,00	16.765.990,00
4.0.0.0	<u>DESPESAS DE CAPITAL</u>	42.497.126,55	45.119.789,44	55.926.300,00	84.027.200,00
4.1.0.0	INVESTIMENTOS	36.604.300,86	42.641.462,10	49.946.300,00	75.573.200,00
4.1.1.0	- Obras Públicas	34.545.039,88	36.983.883,50	40.531.500,00	61.100.000,00
4.1.2.0	- Serviços em Regimê de Programação Especial	-	-	-	-
4.1.3.0	- Equipamento e Instalações	1.504.176,84	2.140.000,60	5.416.400,00	8.869.900,00
4.1.4.0	- Material Permanente	555.084,14	3.517.578,00	3.998.400,00	5.603.300,00
4.1.5.0	- Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais e Agrícolas	-	-	-	-
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS	320.943,80	-	580.000,00	754.000,00
4.2.1.0	- Aquisição de Imóveis	-	-	580.000,00	754.000,00
4.3.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.571.881,89	2.478.327,34	5.400.000,00	7.700.000,00
4.3.1.0	- Amortização	5.571.881,89	2.478.327,34	5.400.000,00	7.700.000,00
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>112.016.931,33</b>	<b>148.524.173,40</b>	<b>216.000.000,00</b>	<b>304.000.000,00</b>

FORTE: BALANÇOS MUNICIPAIS P/ 1975 e 1976  
ORÇAMENTOS MUNICIPAIS P/ 1977 e 1978

ESTADO DO ESPIRITO SANTO  
 RELAÇÃO DE CONTRATOS CONTRAÍDOS PELA PREFEITURA  
 MUNICIPAL DE VITÓRIA SEGUNDO AS RESOLUÇÕES 62/  
 75 e 93/76

(Em Cr\$ 1.00)

CREDOR	DATA	VALOR DA OPERAÇÃO	DISPÊNDIO EM 1977				
			PRINCIPAL	JUROS	C. MONETÁRIA	OUT. ENCARG.	TOTAL
B.N.H. 2	16/03/73	UPC 170.825	1.927.504	1.322.522	-	-	3.250.026
BANCO DO BRASIL SA (PASEP) 1	20/07/73	Cr\$ 1.528.117	309.600	49.281	124.536	-	483.417
B.N.H. 2	30/11/73	UPC 18.398	323.409	200.880	-	-	524.289
B.N.H. 2	30/11/73	UPC 10.114	113.263	44.144	-	-	157.407
B.N.H. 2	30/11/73	UPC 4.446	187.241	122.048	-	-	309.289
FUNDO DESENV. URBANO (FDU) 1	03/12/73	Cr\$ 20.161.367	4.298.026	4.873.731	279.908	-	9.451.665
B.N.H. 2	11/03/74	UPC 41.998	146.156	214.756	-	20.721	381.633
B.N.H. 2	21/05/74	UPC 84.720	485.794	491.695	-	38.504	1.015.993
B.N.H. 2	13/08/75	UPC 69.706	74.720	113.453	-	71.798	259.971
TAMOYO 1	28/11/75	UPC 75.000	626.725	886.848	-	15.070	1.528.643
B.N.H. 2	13/07/76	UPC 55.807	-	-	-	166.231	166.231
C.V.R.D. 1	27/08/76	Cr\$ 8.000.000	-	-	-	-	-
TOTAL INTRA LIMITE	-	-	5.234.351	5.809.860	404.444	15.070	11.463.725
TOTAL EXTRA LIMITE	-	-	3.258.087	2.509.498	-	297.254	6.064.839
TOTAL GERAL	-	-	8.492.438	8.319.358	404.444	312.324	17.528.564

FONTE. SEPL-ES

1 - Intra Limite

2 - Extra Limite

### 6.3. - DESCRIÇÃO DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO

7 - IDENTIFICAÇÃO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS PARA  
ÁREA URBANA

## 7.1 - ESTUDO DE DISPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NA GRANDE VITÓRIA

---

O projeto tem como objetivo, o estudo das possíveis soluções para os serviços de acondicionamento, transporte e disposição final dos resíduos sólidos provenientes das atividades domésticas e industriais, na Aglomeração Urbana, tendo em vista as necessidades atuais e futuras, face ao acréscimo populacional decorrente do desenvolvimento regional.

O projeto encontra-se em fase de conclusão, já tendo sido apresentada a versão preliminar do estudo.

### 7.3 - TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

---

Visa a realização de Seminários e Encontros, na área de Planejamento Urbano e Regional, nos Municípios da Grande Vitória, objetivando a deflagração de um processo de conscientização das prefeituras, para a necessidade de trabalharem juntas na solução de problemas comuns, e criando, também, oportunidade para que o grande público tenha acesso ao processo de decisão na programação de uma política comum de planejamento.

Esse projeto já foi executado, culminando com a realização do Seminário sobre Desenvolvimento Urbano, que contou com a participação das cinco prefeituras dos Municípios que compõem a Grande Vitória.

## 7.5 - LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ANIMAÇÃO DE CARAPINA

---

É objeto desse estudo, localizar, dimensionar e propor as medidas básicas necessárias à implantação do *Centro de Animação de Carapina*, distrito que, dada sua posição com relação ao local onde serão instaladas as indústrias matrizes e suas satélites, passa a figurar entre as prioridades do Planejamento Urbano na Aglomeração Urbana da Grande Vitória.

Esse projeto foi concluído em 1977. No momento, está-se negociando recursos financeiros para sua implantação.

## 7.7 - VALORIZAÇÃO DA ORLA MARÍTIMA - PROJETO PILOTO DE JACARAÍPE

---

Tendo em vista o crescimento esperado para a região do Município da Serra, com a implantação dos chamados Grandes Projetos, a Fundação Jones dos Santos Neves elaborou um *Plano de Valorização da Orla Marítima - Projeto Piloto de Jacaraípe*, visando dotar o balneário de equipamentos necessários que atendam a demanda de crescimento, e aproveitando o potencial turístico apresentado, sem comprometer e ordenando o processo de ocupação para que não perca suas características de sítio de lazer e turismo.

O projeto já está concluído, estando em fase de programação mecanográfica.



## 7.8 - PROJETO AQUAVIÁRIO

---

O mais agudo de todos os problemas de circulação na Aglomeração Urbana da Grande Vitória, localiza-se na travessia do Continente-Sul à ilha, onde a única ligação rodoviária apresenta-se quase sempre congestionada. Diariamente, cerca de 246 mil travessias individuais são feitas por essa ligação, o que gera um fluxo aproximado de 50 mil veículos na Ponte Florentino Avidos.

O único meio atual de ligação entre a ilha de Vitória e o Continente-Sul da Aglomeração, é essa ponte que possui uma única pista, e ainda tem que servir às travessias diárias de trens cargueiros. O que tem minimizado relativamente o problema é a ação da Administração do Porto de Vitória, colocando pequenos barcos para fazer a mesma ligação, pela Baía de Vitória. São realizadas aproximadamente 6 mil viagens por dia nessas barcas.

Paralelamente, as áreas do centro da cidade de Vitória estão apresentando constantes engarrafamentos e elevados índices de poluição sonora. Na passagem meteórica do estado de província para o de metrópole emergente, Vitória desordenou-se, e a preocupação com a qualidade de vida urbana transformou-se em vetor orientador da ação do Poder Público Estadual, na área da Capital.

## 7.10 - SEGUNDA PONTE

---

As obras da segunda ponte encontram-se em fase de conclusão devendo ser aceleradas as obras referente aos acessos da mesma.

Constitui portanto um empreendimento de apoio aos investimentos em projetos de impácto, sendo que seu custo de implantação representa apenas 1% do montante total do capital de risco previsto para aplicação na região.

A sua implantação permitirá a ocupação mais racional do meio urbano tanto na ilha quanto no continente, uma vez que as atuais ligações viãrias entre essas duas áreas já apresentam sinais evidentes de saturação.

Do ponto de vista da sócio-economia regional, os benefícios estarão refletidos na melhoria geral da acessibilidade, com repercussões positivas, sobre as condições de vida da população da Grande Vitória.

Dessa forma, estarão sendo amenizados os problemas urbanos que certamente advirão como decorrência natural da implantação dos projetos de impácto na região.

A importância do projeto repercute na própria economia nacional, já que as economias de combustíveis derivados de petróleo poderão atingir montantes significativos.

Do exposto, e do expressivo volume de benefícios sociais líquidos apropriados pela coletividade com a implantação da Terceira Ponte, infere-se o alto grau de desejabilidade do empreendimento.

O Estado do Espírito Santo não reúne condições financeiras que permitam assumir os compromissos necessários à implantação do projeto.

## 8 - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

iv) equipamento creditício e administrativo adequado para esses pólos - mediante uma política de regionalização da administração estadual e dos principais intermediários financeiros, como o BANESTES e o BANDES.

II) A seleção das cidades-pólos, e a programação do que deve ser feito para a respectiva ativação, dependem de estudos a cargo do Estado. Esses estudos são recomendados como de prioridade e alto interesse para o desenvolvimento do Espírito Santo e da Área Metropolitana de Vitória.

pela atração de oportunidades de emprego na realidade limitadas, se persistir o perfil atual do mercado de trabalho.

A instrumentação para concretização dessa estratégia empregará providências de sentido geral, e medidas ou programas nos campos específicos das atividades econômicas mais importantes. No segundo caso, as medidas programadas seguem-se sob os títulos correspondentes; no primeiro caso, recomendam-se:

- a instituição de mecanismos de informação e de influenciamento, que assegurem o diálogo regular entre o Estado (e suas lideranças) e as entidades mais atuantes, ou potencialmente importantes, para o crescimento da economia do Espírito Santo - a Cia. Vale do Rio Doce, o Departamento Nacional de Portos e vias Navegáveis, as empresas siderúrgicas, a PETROBRÁS, o CONSIDER;
- a mobilização dessas entidades para, sob a orientação do Estado, efetivarem-se programas de ativação e integração sociais; nesse sentido, o programa de *Desenvolvimento Social* oferece esquemas viáveis;
- o estudo de um processo de industrialização devidamente articulado com as atividades do Porto, e intrinsecamente integrado, de modo que se produzam na Área Metropolitana verdadeiros blocos (complexos) interdependentes de indústrias afins, de alto poder reprodutivo, em vez de unidades de produção isoladas e desconexas;
- a instituição de uma entidade dedicada especificamente a esse tipo de estudo, e à aplicação de seus resultados junto às agências executoras da estratégia de industrialização.

- a necessidade de não permitir-se que os erros observados no passado se repitam, principalmente quando se prevê que o crescimento futuro terá um dinamismo ainda mais acentuado que o ocorrido nas últimas décadas;
- a existência de monumentos históricos, artísticos e paisagísticos que devem ser preservados e valorizados, de forma a permitir sua incorporação ao acervo de uso real da Aglomeração Urbana;
- a urgência de uma tomada de posição no que diz respeito à defesa dos recursos hídricos de forma a evitar que os mesmos se deteriorem devido ao uso inadequado;
- o potencial econômico das atividades ligadas ao intercâmbio comercial (porto) e ao turismo, bastante acentuado devido à privilegiada posição geográfica da Aglomeração e sua beleza natural e de áreas vizinhas;
- a importância da Aglomeração como principal centro econômico estadual, além das funções político-administrativas desempenhadas por Vitória, seu embrião e principal centro;
- a localização concentrada nos municípios de Serra e Cariacica da maior parte das atividades industriais, a partir da implantação das plantas da Companhia Siderúrgica de Tubarão, das Usinas Pelotização da Cia. Vale do Rio Doce, e do Centro Industrial de Vitória;
- a imperiosidade de adoção de medidas que visem corrigir as distorções do crescimento da Aglomeração - representadas pelo crescimento em mancha-de-óleo e a conseqüente existência de grandes estoques de lotes vagos em marcante contraste com a contínua ocupação dos morros e mangues, resultando no estrangulamento do principal centro da Aglomeração, sediado na Ilha de Vitória;
- a prioridade de dotar-se a Grande Vitória de infra e super-estruturas capazes de suportar seu crescimento acelerado a partir dos complexos motores de sua economia;

d) Elementos do Esquema



d.1 - Zoneamento

O zoneamento proposto pretende associar uma interpretação das tendências espontâneas de crescimento da Aglomeração Urbana a um conceito de ordenamento de sua expansão, de forma a maximizar o bem-estar da coletividade e a utilização dos equipamentos urbanos existentes e/ou a serem construídos.

Friza-se a preocupação de sustar a progressividade do crescimento em mancha-de-óleo através da definição de zonas de ocupação diferida. A principal explicação para esta proposição encontra-se no grande número de lotes vagos existentes em áreas já infra-estruturadas da Aglomeração Urbana. A ocupação a curto prazo dessas áreas colocadas como de uso diferido pode redundar em aumentos sucessivos de despesas para os cofres públicos, de forma pulverizada, o que, certamente, não é a maneira de otimizar a aplicação dos recursos governamentais voltados para o bem-estar da coletividade.

Ressalta-se também a imperiosidade de se definir áreas que, pelo seu valor histórico/artístico/paisagístico e/ou ecológico, precisam ser preservadas e têm que ser objeto de análise específica. Os critérios adotados para a escolha dessas áreas podem ter seus pontos de subjetividade mas pretenderam, acima de tudo, servir como um posicionamento em favor daquilo que nos foi legado pela natureza ou pela história e que, muitas vezes, permitimos destruir através de atos impensados.

Consideradas as atividades que são presentemente desenvolvidas e/ou deverão sofrer um impulso considerável no futuro próximo, o espaço da Aglomeração Urbana foi esquematizado nas seguinte zonas de uso:



- natureza, porte e grau de compatibilidade da atividade industrial permitida;
- presença de outros usos permitidos; e
- modelos de assentamento.

VI) Zona de Uso Especial - que abrange áreas que terão que ser objeto de projeto específico do poder público e que para efeito do presente plano serão considerados equipamentos urbanos ou rurais sujeitos à preservação tais como:

- Paisagem de Elementos Construídos
- Prédios de interesses histórico, artístico e sentimental;
- Ambientes urbanos ou conjuntos ambientais de interesse;
- Pontos de observação, fugas, *abertura* para vistas de interesse ou para apreciar aspectos gerais do cenário urbano.
- Paisagem com Predominância de Elementos Naturais
- Elementos em si (pedras, morros, matas, ilhas, lagoas, praias, etc.);
- Ambiente ou conjuntos a serem observados de fora;
- Pontos que permitem apreciação de vistas panorâmicas.
- Áreas de Interesse Ecológico
- Reservas e parques para manutenção e/ou verificação da flora e fauna;
- Faixas de proteção sanitária de rios, lagoas, canais, vales úmidos e secos; e
- Faixas de proteção às praias e que permitam a sua maior e melhor utilização para fins de recreação e lazer.

#### d.2 - Sistema Viário

A maior ou menor dificuldade de acesso a áreas da Aglomeração Urbana de terminou de maneira marcante a ocupação de seu solo.

É fundamental observar-se que o presente trabalho propõe que esse eixo litorâneo não se localiza nas vias pontais ao mar, mas sim em uma paralela próxima. Esta colocação se faz necessária por estar incorporada neste trabalho um partido segundo a qual as áreas existentes entre o mar e as primeiras edificações devam ser ocupadas basicamente por equipamentos de recreação e lazer, sendo permissível apenas vias locais.

Apesar dos eixos estruturais externo, interno e litorâneo serem coincidentes em quase toda extensão com vias existentes, eles necessitam de obras complementares.

Dessas, destacam-se a construção de duas ligações viárias entre a ilha de Vitória e o Continente Sul e seus acessos, e um novo trecho da BR-101 contornando o Mestre Alvo, visto que o atual, passando entre a reserva e o mar, tem características marcantes de Avenida.

Aos três eixos estruturais deverá se articular todo o sistema arterial principal que, a nível micro-regional, funciona como distribuidor de viagens com destino a diferentes pontos da Aglomeração.

#### d.2.2 - Quanto às vias públicas

De acordo com as funções e características essenciais, as vias públicas são assim definidas:

- Vias Estruturais - vias contínuas projetadas para tráfego pesado, constituindo ligações rápidas entre áreas distantes, tendo cruzamentos e acessos às áreas lindeiras devidamente controlados.
- Vias Arteriais Principais - vias contínuas projetadas para circulação de grandes volumes de tráfego, preferencialmente destinadas ao tráfego urbano, tendo cruzamentos, acessos às áreas lindeiras e estacionamento devidamente controlados.

- Vias Arteriais Secundárias - vias destinadas ao tráfego urbano funcionando eventualmente como alternativa as arteriais principais e com rota preferencial para transportes coletivos, tendo cruzamento, acessos as áreas lindeiras e estacionamento parcialmente controlados.
- Vias Coletoras e Distribuidoras - vias auxiliares que possibilitam a passagem do sistema arterial para o sistema local, tendo cruzamentos, acessos as áreas lindeiras e estacionamento com as restrições essenciais.
- Vias Locais - vias destinadas preferencialmente para acesso a residências, negócios e outras propriedades adjacentes.

#### d.2.3 - Quanto ao Sistema Aquaviário

A inclusão do sistema sobre águas deve-se ao fato de, constituindo um acesso natural, sua utilização deve ser encarada com prioridade com vistas a um programa de transporte de massas para a Aglomeração.

Circundada de águas em permanente calmaria, a população flui do continente à ilha por uma única ponte, sem dispor de um sistema de transporte aquaviário compatível com a geografia, com a distribuição demográfica e com o sentido de conurbação da Grande Vitória. Facilmente explicável para a parcela motorizada da população (de casa ao trabalho de carro), não é crível que os usuários coletivos, pelo menos da orla marítima (Porto de Santana, Argolas, Paul, Aribiri, Glória, Vila Velha, etc) não dessem preferência a um sistema aquaviário.

Recentemente foi inaugurada a primeira etapa do Sistema Aquaviário com a entrada em funcionamento de duas lanchas, com capacidade para 160 passageiros cada, no circuito Paul-Vitória.

O aumento e melhoria dos serviços de transportes aquaviários devem ser encarados como uma solução natural para os problemas de tráfego que hoje afligem a Aglomeração da Grande Vitória, com seus congestionamentos ocorrendo com frequência cada vez maiores no centro da ilha e nas vias que a ligam a Vila Velha e Cariacica.

#### 8.4 - IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA NO QUE TANGE A GRANDE VITÓRIA

---

Com vistas à implementação da estratégia de desenvolvimento regional-urbano no que respeita à Grande Vitória, montou-se uma série de programas, objetivando fornecer a região as condições capazes de levá-la, posteriormente, a um processo mais dinâmico e harmônico de desenvolvimento:

- a) programa de conclusão e construção dos acesso para a segunda ponte, que liga a ilha de Vitória ao continente Sul;
- b) programa de construção para a terceira ponte ligando a ilha de Vitória ao Continente Sul;
- c) programa de apoio e desenvolvimento ao lazer na área da Grande Vitória;
- d) programa de ação integrada para transporte e tráfico-PAITT- na área da Grande Vitória;
- e) programa de complementação/conclusão do Projeto Aquaviário.

#### 4.1.1 ÁGUA POTÁVEL

##### Captação Adução e Distribuição

O Sistema do Sul compreende a captação do Rio Jucu (com o Rio Marinho) e o reservatório de Duas Bocas. O sistema compreende duas ETA, uma em Cobi e outra em Vale Esperança, sendo esta última inaugurada para a 1ª. etapa de 1,250 m<sup>3</sup>. O sistema final está calculado para o Rio Jucu 2,5 m<sup>3</sup>/s. A rede de distribuição será revista dentro de um prazo de 20 anos em etapas de 5 anos cada.

Salienta-se que este projeto não atende ao Planalto de Carapina.

##### Projeto Carapina

O projeto de abastecimento de água para o planalto de Carapina, conforme os planos da CESAN, compreende 2 fases de implantação, com uma capacidade final de 4,5 m<sup>3</sup>/s.

A 1ª. fase, composta pelas sub-etapas A, B, C e D, encontra-se na seguinte situação:

Sub-etapa A - Em operação, com captação na lagoa de Jacunem, com uma capacidade de 0,250 m<sup>3</sup>/s.

Sub-etapa B - Em execução de Obras. A captação será no Rio de Sta. Maria, e totalizará uma vazão de 1,050 m<sup>3</sup>/s.

Sub-etapa C - Nesta sub-etapa, a vazão permanecerá 1,050 m<sup>3</sup>/s, sendo adicionada à ETA Planalto.

Sub-etapa D - Construção de mais duas adutoras em Sta. Maria, totalizando uma vazão de 2,250 m<sup>3</sup>/s, prevista para o ano de 1981.

A 2ª. fase de implantação do Projeto Carapina deverá ainda ser objeto de definição por parte da CESAN.

##### Consumo

O consumo de água potável previsto não poderá ser considerado rigidamente, uma vez que dependerá também da localização do núcleo urbano, a ser definido, e a função disso como deverá se processar a

Consumo doméstico total diário na 1ª fase de operação da usina

Número de famílias na 1ª fase de operação: 8.587

	<u>Famílias</u>	<u>Consumo (m<sup>3</sup>/d)</u>
Diretamente dependentes da Usina	3.067	3.794
Indiretamente dependentes da Usina	5.520	6.828
Total (1ª fase)	8.587	10.622

Tem-se desta maneira um consumo doméstico diário de 10.622m<sup>3</sup> de água.

Consumo doméstico total diário na 2ª fase de operação da usina (acrêscimos)

Números de famílias (acrêscimo) na 2ª fase de operação: 3.547

	<u>Famílias</u>	<u>Consumo (m<sup>3</sup>/d)</u>
Diretamente dependentes da Usina	1.267	1.567
Indiretamente dependentes da Usina	2.280	2.821
Total (2ª fase)	3.547	4.388

O acréscimo do consumo doméstico diário na 2ª fase de operação será de: 4.388m<sup>3</sup>/d de água.

Custo de Instalação de Rede e Ligações Prediais

O custo de instalação da rede primária de 2" de diâmetro é único para todos os padrões de casa.

O beneficiário paga o correspondente a metade da testada do lote, da seguinte maneira:

Considerando o lote médio com 12m de testada tem-se:

Metade da testada:	6m
Custo por metro :	Cr\$ 27,50
Custo da rede :	Cr\$ 165,00 (6 x 27,50)

O preço das ligações prediais varia segundo a largura da rua e o tipo de pavimentação. As ligações em rede de 1/2" e 3/4" de diâmetro tem os seguintes preços:

As tarifas são calculadas pelo valor do m<sup>3</sup> excedente, que no setor residencial são em Cr\$ /m<sup>3</sup>:

Líquido 2,40/m<sup>3</sup>

Com Esgoto 3,24/m<sup>3</sup>

Apartamento - 25m <sup>3</sup>	- Água	- 59,00
	Esgoto	- 21,00
	TOTAL	- 80,00

Comércio - 15m <sup>3</sup>	- Água	- 53,00
	Esgoto	- 19,00
	TOTAL	-- 72,00

Desta maneira, a despesa mensal com água para apartamento em prédios novos é calculada do seguinte modo:

Consumo básico:	25m <sup>3</sup> /mês
Tarifa	: Cr\$ 80,00
Total	: Cr\$ 2.000,00/mês

Para apartamentos em prédios antigos:

Consumo básico:	média mensal dos últimos 12 meses
Tarifa	: Cr\$ 80,00



Grande consumidor tipo B: casa de saúde, ginásio, colégio, faculdade, hospital, hotel, lavanderia, posto de lavagem, etc.

Consumo Básico	ÁGUA (Cr\$)	ESGOTO (Cr\$)	TOTAL (Cr\$)
100m <sup>3</sup> /mês	500,00	175,00	675,00

Pequenas indústrias: até 30 empregados e cons. proc. até 2m<sup>3</sup>/dia:

Consumo Básico	ÁGUA (Cr\$)	ESGOTO (Cr\$)	TOTAL (Cr\$)
40m <sup>3</sup> /mês	200,00	70,00	270,00

Para as indústrias e para o setor comercial onde houver medidores, o preço do m<sup>3</sup> excedente é de Cr\$ /m<sup>3</sup>:

Comercial

m<sup>3</sup> excedente líquido = 2,40

Industrial

Comercial

Esgoto = 3,24

Industrial

#### 4.1.2 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O fornecimento de energia elétrica para a micro-região de Vitória é mantido pela Escelsa - Espírito Santo Centrais Elétricas - Subsidiária da Eletrobrás.

A capacidade de geração de energia não atendia à demanda criada pelo desenvolvimento que ocorreu na micro-região, ocasionando a reformulação do Plano de Obras da Escelsa. Em 1974 a confirmação da implantação de uma série de "Grandes Projetos" de impacto na micro-região de Vitória, favorecendo o crescimento das Atividades Industriais, Comerciais e densidade demográfica, estabeleceram novos parâmetros de consumo que levaram a Escelsa mais uma vez a reformular os Planos existentes, tendo sido firmado um contrato para o estudo do Potencial Energético necessário considerando os projetos existentes. Deste modo foram programadas várias obras e linhas de transmissão (L.T) estabelecendo-se vínculos com alguns atualmente já executados:

- a) Criação de uma Subestação em Demétrio Ribeiro (já concluída)
- b) L.T. de 138KV D. Ribeiro - Nova Venécia (já concluída)
- c) L.T. de 138KV Cachoeiro do Itapemirim - Vitória (já concluída) integrando Escelsa a Furnas.
- d) L.T. de 138KV Mascarenhas - Nova Venécia
- e) Criação de uma Subestação em Vitória (CarapinaII) (Obra em andamento)
- f) Duas L.T. de 345KV Adrianópolis (RJ) - Carapina II (uma L.T. já concluída)

### Previsão das Necessidades de Energia

Os cálculos para a previsão da energia elétrica no atual ponto dos estudos para a implantação do núcleo habitacional, não pretende apresentar resultados precisos, mas unicamente indicar níveis gerais da demanda.

A quantidade de energia a ser consumida, para a iluminação residencial, provavelmente será um pouco menor que a consumida por igual número de famílias nos aglomerados urbanos de modo geral, considerando que o plano urbanístico deve prever prédios ou residências isoladas que terão valorizados os índices de iluminação natural. Da mesma forma a iluminação das vias públicas, pretendendo atender à segurança do tráfego e da população tenderá a ser proporcionalmente maior que nas cidades, de modo geral mal iluminadas. Para que haja atendimento adequado, os pontos de iluminação nas vias deverão distar cerca de 40m um do outro. Apesar desses fatores, procurou-se estimar o consumo de energia considerando que o comportamento da população será proporcional ao dos aglomerados urbanos da micro região.

Em função do número de domicílios e da população, calculou-se o consumo de energia comercial e das vias públicas.

QUADRO DO CONSUMO MENSAL EM Kwh PARA A MICRO REGIÃO

	Residencial	Comercial	Industrial	Poderes Públicos	Iluminação Pública	Abastecimento D'Água	Total
Vitória	4.695.294	3.655.006	43.955.483	997.815	713.179	151.544	54.168.321
Vila Velha	3.062.893	723.222	1.849.029	172.715	479.928	1.717.628	8.005.415
Cariacica	1.841.386	497.125	10.305.581	115.288	140.116	44.427	12.943.923
Viana	91.730	91.467	1.042.605	12.234	26.908	-	1.264.944
Serra	565.416	319.204	2.669.249	10.573	166.361	166.103	3.896.906
Total	10.256.719	5.286.024	59.821.947	1.308.625	1.526.492	2.079.702	80.279.509
Consumo Percentual	12.8%	6.6%	74.5%	1.6%	1.9%	2.6%	100%

Fonte: ESCELSA MÊS SETEMBRO 1977

## Tarifas

### Consumidores do Grupo B (Classificação da Escelsa)

#### B.1. Serviço Residencial

##### a) Aplicação

Aplica-se ao fornecimento de energia elétrica, para fins exclusivamente residenciais, nas tensões de 110 a 440 volts, inclusive.

##### b) Tarifa

Cr\$ 820,00 (Oitocentos e vinte cruzeiros) por grupo de 1.000 (um mil) Kwh de consumo mensal.

Os consumos de energia intermediárias deverão ser cobrados proporcionalmente.

##### c) Mínimos Mensais

Ligações monofásicas.

Cr\$ 18,45 (Dezoito cruzeiros e quarenta e cinco centavos) mensal de 30 (trinta) Kwh.

Ligações com duas fases e neutro.

Cr\$ 41,00 (Quarenta e um cruzeiros) mensais com direito a um consumo mensal de 50 (cinquenta) Kwh.

Ligações trifásicas com ou sem neutro.

Cr\$ 82,00 (Oitenta e dois cruzeiros) mensais com direito a um consumo mensal de 100 (cem) Kwh.

#### 4.1.4 COMUNICAÇÃO

A Telecomunicações do Espírito Santo S/A - Telest - é atualmente o centro de integração de todo o sistema de Telecomunicações do Estado, de Vitória e, logicamente, da micro-região.

Vitória está integrada ao Sistema Nacional de Telecomunicações através de dois troncos de microondas, com capacidade simultânea de 3 programas de TV e 4.560 canais de Telefonia.

Encontra-se em implantação o tronco Vitória-Salvador que terá capacidade de 3.600 canais de telefonia e 1 canal de TV.

Através dos canais de telefonia podem também ser transmitidos: Telex, telegrafia e dados.

A Central telex de Vitória está sendo ampliada de 160 para 400 terminais.

Para o DDD e o DDI existem hoje 720 canais, estando sendo concluída a expansão para 1.680 canais.

A Telest está terminando a implantação do seu Plano Diretor de Telecomunicações na área central do Estado.

Na micro-região de Vitória já foram ativadas as seguintes centrais:

##### a) Grande Vitória:

Centro (222 e 223)	15.000 Terminais
Jardim América (226)	6.000 "
Praia do Canto (227)	9.000 "
Carapina (228)	2.000 "
Vila Velha (229)	8.000 "

4.1 INFRAESTRUTURA

4.1.5 ESGOTOS SANITÁRIO E PLUVIAL  
(Considerações)

TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DE LIGAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA

Ø POLEGADA	TIPO	EXTENSÃO (m)	PAVIMENTAÇÃO			
			A	B	C	
			ASFALTO	PARALELO	SEM PAVIMENTAÇÃO	
1/2"	1	Até 3m	301.62	159.66	110.88	
	2	3 - 5	470.58	233.98	152.68	
	3	5 - 7	639.54	308.30	194.48	
	4	7 - 9	808.50	382.62	236.28	
	5	9 - 11	977.46	456.94	278.08	
	6	11 - 13	1.146.42	531.26	319.88	
3/4"	7	Até 3m	305.44	163.51	114.73	
	8	3 - 5	479.50	242.95	161.65	
	9	5 - 7	653.56	322.39	208.57	
	10	7 - 9	827.62	401.83	255.49	
	11	9 - 11	1.001.68	481.27	302.41	
	12	11 - 13	1.175.74	560.71	349.33	
	13	Até 3m	317.65	175.69	126.91	
	14	3 - 5	499.85	263.25	181.95	
	15	5 - 7	682.05	350.81	236.99	
	16	7 - 9	864.25	438.37	292.03	
	17	9 - 11	1.046.45	525.93	347.07	
	18	11 - 13	1.228.65	613.49	402.11	



## 4.2. SUPERESTRUTURA

### 4.2.1 HABITAÇÃO

- Panorama Geral na Micro-Região
- Programa Habitacional
- Financiamento
- O Plano de Habitação de Competência da C.S.T.

Uma análise dos dados do recenseamento de 1970 indica:

a) não nasceram na micro-região:

48,7% da população micro-regional;

54,2% da população urbana,

14,2% da população rural.

b) que 80,1% desses migrantes tiveram origem urbana;

c) que dos migrantes de origem rural 90% radicaram-se em aglomeração urbana.

POPULAÇÃO RESIDENTE NA MICRO-REGIÃO - 1970

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	Densidade Demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	População Residente		
			Total	Urbana	
				Total	na Sede Municipal
Vitória	81	1.643,42	133.117	132.132	132.132
Vila Velha	232	533,66	123.809	121.892	121.892
Cariacica	273	372,19	101.608	69.054	4.498
Viana	328	32,13	10.540	1.623	1.623
Serra	547	31,63	17.300	7.985	7.985
M.Região	1.461	2.613,03	386.374	332.686	268.130

Fonte: IBGE

Em pesquisa domiciliar feita pelo P.D.I. em 1972 constatou-se que:

- . 58% moram em casa de alvenaria
- . 3% moram em apartamento e
- . 34% moram em barracos, sendo a maior incidência registrada em Cariacica, Serra e Viana.
- . 5% moram em outros.

No caso de rapazes solteiros, a demanda seria para pensões, alojamentos típicos para solteiros (repúblicas) ou mesmo casas pequenas, encontradas na região de influência.

DEMANDA DE LEITOS

Alojamento para Solteiros	Dependentes da Usina		Não Dependentes	
	1ª Fase	2ª Fase Acrêscimo	1ª Fase	2ª Fase Acrêscimo
Nº de leitos	1.533	633	2.760	1.140

C) - Além das duas linhas mencionadas, existem outras operadas dentro de outros programas tais como PROHEMP, PRODEPO e de empresas particulares que independem de qualquer compromisso da CST mesmo para nível mais alto, compreendendo a FAIXA ALTA ou LUXO.

Convém notar que a COHAB e o INOCOOP têm viabilizados alguns de seus planos habitacionais no BNH, calcados nas necessidades futuras da CST. Esses planos compreendem habitação, infraestrutura, superestrutura e equipamentos públicos.

#### O PLANO DE HABITAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA CST

O plano de habitação de competência da CST deverá ser definido com base nos estudos que deverão ser apresentados pela comissão constituída pela SGE, anteriormente referida.

#### 4.2.2. SAÚDE

##### Panorama Geral na Micro-Região

Através da Secretaria de Saúde o Governo Estadual promove e coordena o Sistema de Saúde na Micro-Região, que frequentemente se ressentem da escassez de recursos humanos, financeiros e técnicos.

O Instituto Nacional de Previdência Social - INPS - adotando o uso crescente do setor privado, mantém convênios com cerca de 26 estabelecimentos hospitalares da Micro-Região, abrangendo todas as unidades pertencentes a Fundação Hospitalar do Espírito Santo, que é um órgão vinculado à Secretaria de Saúde.

Os indicadores estatísticos registram que:

A mortalidade geral está na ordem de 77 por 1.000/hab. e a mortalidade infantil situa-se em 83,4 crianças por 1.000 nascidas vivas.

Estes índices podem não ser exatos considerando-se a incontrolada evasão do registro de óbitos, principalmente no interior e nas regiões de menor grau de desenvolvimento relativo.

Situação Sanitária:

As principais causas de mortes em ordem decrescente de incidência, foram:

diarréias infecciosas, neoplasmas malignos, acidentes, arterioesclerose, gripe e pneumonia, lesões vasculares, tuberculose do aparelho respiratório, sarampo e tétano.

NÚMERO DE HOSPITAIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES

Discriminação	E. Santo	Micro-Região	Vitória
Hospitais (+ de 20 leitos)	65	25	16
Raios X	57	19	18
Laboratórios de Análises	37	16	18
Salas de Parto	69	24	18
Salas de Operação	92	49	49
Leitos	6.247	3.286	1.937

FONTE: Fundação Hospitalar

Os hospitais gerais existentes são mal especializados e incompletos, não contam com assistência em vários setores da medicina, por falta de pessoal ou de equipamentos. Os pequenos hospitais tem baixa rentabilidade e não contam com recursos suficientes para melhorar o padrão existente.

O quadro apresentado sofre distorções e é conveniente estar-se atento ao comportamento relativo dos índices por causa da superposição das funções local e regional.

Funcionam na Micro-Região outros serviços médico-assistenciais, como centros de saúde, unidades sanitárias, ambulatórios, sindicatos, etc. Estes serviços localizam-se em sua maior parte em Vitória.

HOSPITAIS EXISTENTES NA MICRO-REGIÃO DE VITÓRIA

HOSPITAL	DISTRITO	MUNICÍPIO	ESP.	Nº Leitos
Man.Jud. Pe. Manoel Araujo	Cariacica	Cariacica	Psic.	50
Hosp. Colônia Aduino Botelho	Cariacica	Cariacica	Psic.	630
Sanatório Dr. Pedro Fontes	Cariacica	Cariacica	Hans.	430
Casa de Saúde Campo Grande	Campo Grande	Cariacica	Geral	28
Unid.Ass. e Maternidade	Viana	Viana	Obst.	6
Hosp.Maternidade V.Velha	Vila Velha	Vila Velha	Geral	60
C.S. Maternidade S.Maria	S.Torquato	Vila Velha	Geral	28
Hospital Evangélico	Argolas	Vila Velha	Geral	113
Hosp. Francisco Oliveira	S.Torquato	Vila Velha	Geral	9
C.S.Maternidade N.S. Penha	Maruipe	Vitória	Geral	60
Casa de Saúde S.Sebastião	Praia	Vitória	Geral	111
Clínica Acidentados Vitória	Centro	Vitória	Traumat.	40
Clínica Infantil J.Menino	Praia	Vitória	Pediat.	110
Clic.Reposou S.Angélica	Centro	Vitória	Psic.	130
Hosp.Ass.Func. Público	Centro	Vitória	Geral	70
Hosp.das Clínicas UFES	Maruipe	Vitória	Geral	165
Hosp.Inf.N.S. da Glória	Praia	Vitória	Pediat.	220
Hosp.S. Rita de Cássia	Maruipe	Vitória	Geral	143
Hospital São José	Centro	Vitória	Geral	140
Inst.Capichaba Traumat.				
Ortopedia	Centro	Vitória	Traumat.	11
Maternidade Pró-Matre	Centro	Vitória	Obst.	65



### Demanda de Leitos

Tendo em vista a primeira e segunda fase de operação da usina a unidade de saúde que atenderá à comunidade (prevista em cerca de 60.000 hab.) deverá estar programada para operar em 1978 com uma disponibilidade mínima de 213 leitos e em 1981 com 300 leitos, tomando-se como base o índice padrão de 5 leitos para 1.000 habitantes:

População gerada pela C.S.T.	Nº Habitantes		Demanda de Leitos	
	1ª fase	2ª fase (Acréscimo)	1ª fase	2ª fase (Acréscimo)
Dependentes	15.180	6.270	76	31
Não dependentes	27.324	11.286	137	56
Total	42.504	17.556	213	87

Se no entanto a unidade de saúde for programada para dar assistência somente aos empregados da CST e suas famílias, a programação anterior desce para 76 leitos na 1ª fase de operação e mais 31 leitos na 2ª fase de operação, totalizando 107 leitos.

Do ponto de vista econômico a unidade de saúde deve ter no mínimo 100 e no máximo 500 leitos, conforme se costuma preconizar.

A necessidade de sofisticação dos equipamentos da unidade de saúde vai depender de sua localização, se mais próxima ou não de outras unidades que possam lhe dar apoio.

## Investimentos

Seria temerário estimar, na atual fase dos estudos, o investimento que deverá ser feito para atender o deficit de leitos e hospitais na micro-região, ou mesmo para o pessoal empregado na C.S.T.

Os custos médios por leito variam segundo as especializações médicas e o nível desejado de sofisticação dos equipamentos. Para uma estimativa ainda que preliminar, seria necessário um estudo mais aprofundado da situação.

Dada a sua complexidade e importância o problema de saúde deverá ser motivo de um estudo específico. Entretanto, a iniciativa privada já se manifesta através da Casa de Saúde Dr. Justiniano Ltda. que já possui terreno em Carapina e um pedido de financiamento na CEF para um Hospital moderno, modulado, com construção inicial para 100 leitos.